

UNIDADE DIDÁTICA XX – A NOVA REPÚBLICA NO BRASIL: DE 1985 AOS DIAS ATUAIS

1. A MOBILIZAÇÃO PELAS ELEIÇÕES DIRETAS E A ELEIÇÃO DE TANCREDO NEVES

Abertura política é o nome que se dá ao processo de redemocratização política plena no Brasil, marcado pelo final dos governos militares pós-1964. O período da abertura foi iniciado em 1974, com a posse do presidente Ernesto Geisel, e terminou com as eleições diretas para a presidência de República, em 1985.

Sinalizando em declarações e discursos que iniciaria a abertura política de forma lenta, gradual e segura, Geisel toma medidas para permitir a realização de propaganda eleitoral, proibida desde a edição AI-5, e os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado obtiveram uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. No início de 1974 havia expirado o prazo e a suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados do AI-1, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e, em 1975, teve fim a censura prévia a diversos órgãos da imprensa. O bom desempenho da oposição, nas eleições, acelera a abertura política. Geisel tomou, ainda, medidas para afastar integrantes da linha nacionalista (ou linha dura) do governo, que tinham a intenção de retardar o processo de abertura política no Brasil, por não considerar o país politicamente amadurecido.

Em 1979, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo assume a Presidência da República, até 1985. Ainda em 1979, sanciona a Lei da Anistia e promove uma reforma política que restabelece o pluripartidarismo.

Ao mesmo tempo, começa a se formar um movimento suprapartidário em favor da aprovação da emenda constitucional das Diretas-Já, proposta pelo deputado federal mato-grossense Dante de Oliveira, que restabelecesse a eleição direta para a Presidência da República.

A ideia de apresentar uma emenda restaurando a eleição direta para Presidente da República não é uma atitude que se possa creditar exclusivamente a Dante de Oliveira, mas sua iniciativa ganhou repercussão por ter sido a primeira a não ficar restrita às paredes do Congresso Nacional. Ganhou as ruas num momento em que as manifestações pedindo a volta das eleições diretas se multiplicavam pelo

país, a começar pelo município pernambucano de Abreu e Lima em 31 de março de 1983, e resultaria num movimento que dominaria a cena política nacional nos meses seguintes. Em 26 de novembro de 1983, os dez governadores de oposição subscreveram em São Paulo um manifesto pedindo o restabelecimento das eleições diretas para presidente e já no dia seguinte realizou-se uma manifestação popular a favor do movimento. O primeiro “comício oficial” pró-diretas teve lugar em Curitiba dia 12 de janeiro de 1984, com a presença de trinta mil pessoas, e foi seguido de outros, como o realizado na Praça da Sé no dia do aniversário de 430 anos da capital paulista, no qual compareceram duzentas mil pessoas.

O governo federal enviou ao parlamento a chamada “emenda Figueiredo” a qual, dentre outras medidas, previa o restabelecimento das eleições diretas apenas em 1988, mas que não foi aprovada.

A emenda do Deputado Dante de Oliveira foi apreciada pelo Congresso Nacional em 25 de abril de 1984, mas não obteve o quórum de dois terços dos votos necessários à sua aprovação.

Tal resultado, porém, acentuou as fissuras no partido governista e abriu o caminho para a vitória de Tancredo Neves sobre o candidato governista Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, à frente de uma chapa formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

Tancredo Neves adoece, não chega a tomar posse, vindo a falecer em 21 de abril. Seu vice, José Sarney assume a Presidência.

1.1. OS PARTIDOS POLÍTICOS PÓS-ABERTURA POLÍTICA

A política da “abertura lenta, gradual e segura”, adotada pelo presidente Ernesto Geisel, passou obrigatoriamente pela retomada da liberdade de organização partidária. A Campanha das Diretas-Já, de 1984, foi o último momento em que houve um conagraçamento geral das forças de oposição, fazendo com que, a partir dali, cada agremiação buscasse seu rumo próprio.

Da extinta ARENA (Aliança Renovadora Nacional) surgiram o PFL (Partido da Frente Liberal) e PPB (Partido Popular Brasileiro) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) emergiram o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PSDB (Partido Social-Democrático Brasileiro), o PTB (Partido

Trabalhista Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Numa típica reação ao *status* da vida partidária anterior, a nova lei partidária entendeu proporcionar direito de expressão partidária a todo grupo que cumprisse com os requisitos mínimos necessários à formação de um partido político. O resultado é que, com a proliferação dos pequenos partidos, ocorreu uma “poluição” do processo político, confirmando a tese dos críticos do multipartidarismo excessivo, que a própria governabilidade ficaria fragilizada pela existência de tantos partidos.

De outro lado, os defensores da mais ampla e livre organização partidária indicam que a complexidade e as desigualdades do Brasil ficam mais bem expostas na multiplicidade e não na uniformidade partidária, como é o caso da política norte-americana.

Mesmo reconhecendo a existência de apenas quatro grandes correntes ideológicas (de esquerda, de centro-esquerda, de centro-direita e da direita), que forma a totalidade do espectro político nacional, entende-se que é melhor para o país manter o atual sistema de representação, do que tentar limitá-lo.

2. O GOVERNO SARNEY (1985-1989)

José Sarney tomou, inicialmente, medidas no campo político, estabelecendo que as eleições que sucedessem seu mandato seriam diretas e com amplo direito ao voto popular, inclusive de analfabetos, anteriormente impedidos.

O principal acontecimento do governo de José Sarney foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, então presidida por Ulysses Guimarães. O debate acerca da Constituição foi monopolizado por dois grandes segmentos dentro do Congresso Nacional: o dos trabalhadores (esquerda) e o dos empresários (centro-direita). A elaboração da Constituição foi marcada por fortes debates entre conservadores e progressistas, estes últimos compostos pelos partidos políticos de orientação de esquerda. A Carta Magna ficou conhecida como *Constituição Cidadã*, tendo como garantias e deveres, entre outros:

- Eleições diretas para os cargos executivos e legislativos e confirmação do sistema de presidencialismo;

- Possibilidade de criação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs);
- Direitos trabalhistas foram reafirmados: jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Na área econômica, o Brasil estava francamente debilitado. A inflação no ano de 1985 girava em torno de 235%. No início de 1986, o governo lançou um plano econômico que visava, principalmente, o controle da inflação. Liderado pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro, o Plano Cruzado, como ficou conhecido, previa as seguintes medidas:

- Criação de uma nova moeda – Cruzado – em substituição ao Cruzeiro, que estava muito desvalorizado;
- Congelamento dos preços das mercadorias;
- Congelamento de salários, adotando o “gatilho salarial” (reajuste de salários quando a inflação atingisse valor igual ou maior que 20%); e
- Fim da correção monetária.

A população, inicialmente, aprovou a iniciativa do novo presidente. Os consumidores passaram a fiscalizar os preços e a denunciar casos de remarcação. Entretanto, este pacto popular com o governo durou pouco. Os produtos começaram a sumir das prateleiras, o preço dos aluguéis disparou e a inflação voltou a subir. Esses foram os primeiros sinais de ruína do Plano Cruzado. O país atingiu índices históricos de inflação, de crise econômica e de recessão, reduzindo a aprovação popular do governo.

Outros planos econômicos foram implantados pelo governo José Sarney, para controlar o caos financeiro e econômico no país: o Plano Bresser e o Plano Verão. Foi, ainda, criada uma nova moeda, o Cruzado Novo, que representou o corte de três dígitos da moeda anterior (Cruzado). Mas o problema central de crescimento e distribuição de rendas não foi solucionado.

3. FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)

No ano de 1989, os brasileiros retornaram às urnas e elegeram, para a Presidência da República, Fernando Collor de Mello. Graças à postura de "guardião da moralidade", Collor fez uso de uma elaborada estratégia de marketing focada nos temas que mais preocupavam a população. Com isso, apesar de não ser um político

com penetração na política nacional, teve expressiva votação.

Logo nos primeiros dias de mandato, foi lançado o Plano Collor, com medidas antipopulares, como o bloqueio de poupanças e de contas corrente. O Plano visava reter cerca de dois terços da moeda em circulação, por um ano e meio, o chamado confisco. O dinheiro seria disponibilizado, após esse período, em doze parcelas mensais. Havia exceções: empresas necessitadas de recursos para pagamento de funcionários; doentes para tratamentos de saúde etc.

A promessa era de correção monetária para o recurso confiscado. Contudo, o reajuste aplicado foi menor do que a inflação do período, fazendo com que o dinheiro devolvido tivesse uma redução substancial em valores reais. O Plano pôs fim à moeda anterior, o Cruzado Novo, retornando ao Cruzeiro.

No ano de 1991, foi lançado o Plano Collor II: salários e preços foram congelados novamente. Em decorrência da abertura abrupta para a entrada de produtos estrangeiros, a indústria nacional foi diretamente atingida. A redução ou eliminação de impostos sobre importações fez modernizar a indústria e o campo. Houve benefícios quanto à qualidade dos produtos e à redução de seus preços, em face da competitividade estabelecida. Mas muitas indústrias nacionais faliram, devido à concorrência com produtos importados. O Plano Collor levou o país a um dos piores índices de desemprego da história. O País entrou em recessão profunda.

No governo Collor teve início o processo de privatização, uma tentativa de reduzir os custos do aparelho do Estado. Iniciou, ainda, a concessão da exploração de setores considerados estratégicos e de infraestrutura, como telecomunicações, transportes e energia, para empresas privadas. Através de leilões, o Estado privatizou ou terceirizou atribuições que, até então, eram suas, mas que estavam emperradas pela burocracia estatal e acumulavam imenso prejuízo. A intenção dessas novas práticas liberais na economia era a retirada do Estado do setor produtivo. Ao Estado caberia, a partir de então, apenas o papel de regulador.

A plataforma presidencial de Fernando Collor de Mello, centrada em promessas populistas para a população mais carente, negando o apoio de grandes empresários e prometendo combater os políticos tradicionais com a sua modernidade, não se efetivou. No segundo ano de mandato, começaram a surgir os escândalos envolvendo o nome do Presidente da República e de seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, em suposta concessão de vantagens no governo, em troca de apoio financeiro à campanha eleitoral. O cenário se agravou quando

Pedro Collor, irmão do Presidente, engrossou as denúncias.

A essa situação, associou-se a grave crise e recessão econômica. O descontentamento popular levou os brasileiros às ruas, pedindo a deposição do Presidente. O movimento “*Fora Collor*” chegou a ser comparado com o das “*Diretas-Já*”. No Congresso Nacional foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias.

A pressão popular, a falta de apoio parlamentar ao presidente (por conta de sua política independente das bases políticas tradicionais) e o resultado das investigações da CPI, contrárias ao Presidente, deram origem ao processo de *impeachment* no ano de 1992. Afastado da presidência em dois de outubro, foi julgado pelo Senado em 29 de dezembro de 1992. Como último recurso para preservar os direitos políticos, Collor renunciou ao mandato antes do início do julgamento, mas a sessão teve continuidade. O julgamento foi polêmico e alguns juristas consideraram que o julgamento, após a renúncia, não deveria ter acontecido. Foi condenado à perda do cargo e a uma inabilitação política de oito anos, pelo Supremo Tribunal Federal. Retificado o resultado do julgamento, foi cancelada a aplicação da sanção de perda do cargo de presidente, em virtude da renúncia ao mandato.

4. ITAMAR FRANCO (1992-1994) E A INTERINIDADE DA NOVA REPÚBLICA

Em decorrência da renúncia de Collor, Itamar Franco, o Vice-Presidente, foi empossado como Presidente da República. O desafio de Itamar Franco foi conduzir uma política econômica de resultados, contrapondo à crise econômica e de credibilidade da democracia, que assolavam o país. Propôs uma política de entendimento nacional e deu prosseguimento ao processo de desestatização da economia, iniciado no governo anterior.

As modificações econômicas, dessa vez, ficaram a cargo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a pasta da Fazenda. A orientação era reduzir a inflação e reorganizar a economia. Fernando Henrique montou uma equipe de tecnocratas para assessorá-lo, composta de acadêmicos e economistas respeitáveis, para a elaboração de um novo plano econômico.

Em 1994, Itamar Franco lançou o Plano Real que, primeiramente, cortou três

zeros da moeda em vigor e passou a chamá-la de Cruzeiro Real. O Plano criou uma unidade monetária chamada de Unidade Real de Valor (URV), cuja cotação acompanhava a da moeda norte-americana, o dólar, que serviu de referência para os preços dos produtos. Os artigos e mercadorias tiveram seus valores determinados em URV e em Cruzeiro Real, ou seja, mesmo que houvesse alteração de valor dos produtos em cruzeiros, ainda assim eles continuariam valendo as mesmas tantas URV ou dólares. Posteriormente, o cruzeiro foi eliminado e a URV passou a ser chamada de Real, transformando-se na moeda atual do Brasil.

O Plano Real representou o início de um novo cenário econômico para o Brasil. Consumidores, produtores, comerciantes e empresários tiveram que se adequar à nova moeda e à nova cultura de pouca inflação. Para os consumidores, o Plano Real deu a possibilidade de planejarem seu orçamento e de ter noção do poder de compra do seu dinheiro. Para os empresários, nos mais distintos ramos, o Real não foi tão benéfico, na fase inicial. Muitas empresas habituadas aos altos rendimentos financeiros tiveram seus lucros reduzidos em relação aos ganhos anteriores. Seu capital, a partir dali, teve que ser revertido à produção e não mais à aplicação financeira.

5. GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

No primeiro mandato, FHC conseguiu a aprovação da emenda constitucional que criou a reeleição para os cargos eletivos do Executivo, sendo o primeiro presidente brasileiro a ser reeleito.

Em seu governo, foi elaborado o Plano Diretor da Reforma do Estado, que priorizava o investimento em carreiras estratégicas para a gestão do setor público. Esta reforma do Estado é entendida como uma ruptura com a Era Vargas e o Estado Novo, pois o Estado interventor na economia surgiu nesse período e perdurou até os anos 1990.

FHC continuou o processo de privatização de estatais iniciadas por Fernando Collor. Terceirizou diversos serviços e cargos públicos em áreas consideradas não-essenciais. Enfrentou, por isto, greve de servidores. Foram privatizadas algumas rodovias federais, a maioria dos bancos estaduais responsáveis por grande parte do déficit público e o sistema telefônico brasileiro, o que popularizou o acesso ao

telefone, à internet e ao aparelho celular. Foi o responsável pela privatização de inúmeras empresas estatais, incluindo a Companhia Vale do Rio Doce em 1997.

Seu governo conseguiu a aprovação de emendas à Constituição, que facilitaram a entrada de empresas e de capital estrangeiro no Brasil. Foi sancionada a Lei do Petróleo, que acabou com o monopólio estatal do petróleo no Brasil.

Um dos problemas enfrentados pelo Plano Real esteve diretamente ligado ao seu sucesso: a igualdade cambial do Real ao Dólar fez a balança comercial brasileira ficar muito desfavorável. O crescente aumento das importações e a consequente diminuição das exportações, gerou um déficit gigantesco, que só poderia ser combatido com entrada de capital estrangeiro no país. Além disso, no início de seu segundo mandato, uma forte desvalorização da moeda provocada por crises financeiras internacionais (envolvendo México, Rússia e Ásia) envolveu o Brasil em uma grave crise financeira internacional.

Na tentativa de equilibrar a balança comercial, o governo entendeu que seria necessário aumentar os juros em relação aos cobrados nos mercados internacionais, para atrair investimentos estrangeiros. Todavia, com esta prática, a economia interna estagnou. Com a baixa no consumo, o país viveu um período de estagnação, que gerou crise em diversos setores, como no energético.

Os altos juros praticados pelo Governo, na tentativa de atrair o capital, e a especulação estrangeira, terminaram por inibir o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Com a livre entrada de produtos estrangeiros a baixo custo, os produtores, as indústrias e os comerciantes em geral, tiveram de reduzir seus custos, a fim de competir com os produtos importados de baixo preço. Essa redução se apresentou na forma de demissões e o desemprego atingiu diversos setores e classes sociais.

Os resultados do Plano, na área social, cobraram um alto preço pela estabilidade da moeda e da economia. Juros altos desestimularam a produtividade. Altos índices de desemprego afetaram a classe média. A ausência de investimentos do Estado em setores públicos como saúde e educação, visto que a prioridade era reduzir os gastos públicos, fez o Brasil figurar entre os piores indicadores do mundo quanto ao índice de desenvolvimento humano.

Outras medidas foram adotadas pelo governo FHC: aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), criação do Bolsa Escola e outros programas sociais destinados à população de baixa renda (que mais tarde seriam transformados em

um só programa pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, com o nome Bolsa Família), implantação do gasoduto Brasil-Bolívia, entre outras.

Merece destaque, na área social, a criação do Programa Comunidade Solidária, articulando recursos do Estado, da iniciativa privada e do setor privado, que coordenou projetos para a qualificação profissional, a inclusão digital e abertura de novas vagas de emprego. Sua atuação desdobrava-se em duas fontes: melhoria do gerenciamento e da abrangência dos programas federais e concentração em áreas geográficas escolhidas com base em indicadores de concentração de pobreza. O Comunidade Solidária atuou, em 1995, em 302 pequenos municípios e, em 1996, em 1.111 municípios, segundo fontes do governo federal.

O fim de seu segundo mandato foi marcado por uma crise no setor energético, que ficou conhecida como a “Crise do Apagão”. A crise ocorreu pela ausência de investimentos em geração e distribuição de energia, e foi agravada pelas poucas chuvas, baixando o nível de água nos reservatórios das hidrelétricas. A crise acabou afetando a economia e, conseqüentemente, provocou queda na popularidade de FHC.

Nas eleições de 2002, seu partido, o PSDB, lança como candidato à presidência o ex-ministro da saúde e do planejamento e senador por São Paulo José Serra, um dos principais colaboradores do governo de FHC. Todavia, vence o pleito o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, adversário político e crítico ardoroso da política econômica neoliberal dos seus dois governos.

O segundo mandato do presidente FHC findou-se no dia 1º de janeiro de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. FHC foi o primeiro civil eleito pelo voto direto que conseguiu terminar o mandato presidencial desde Juscelino Kubitschek e até, aquele momento, o segundo presidente brasileiro que governou por mais tempo, depois de Getúlio Vargas.

6. A ASCENSÃO DA ESQUERDA E O GOVERNO LULA (2003-2010)

Os descontentamentos em relação à política neoliberal adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso fizeram com que o candidato da situação, José Serra, do PSDB, não pudesse levantar a bandeira da continuidade do governo anterior em sua campanha eleitoral. Já o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da

Silva, estava em vantagem, apostando na insatisfação da população com os resultados sociais negativos. A campanha petista foi populista, tratando de temas como a reforma agrária, o combate à fome e às desigualdades sociais, a melhor distribuição de renda e o combate à corrupção.

Analizando a situação com visão extratemporal, concluímos que, de uma forma geral, as medidas antipopulares ou que afetaram negativamente os índices sociais no governo FHC vieram a produzir resultados efetivos muito positivos para o desenvolvimento econômico brasileiro anos mais tarde, mas esses resultados não foram imediatos.

O pleito foi vencido do segundo turno por Lula, líder sindical do ABC Paulista, candidato à presidência pela quarta vez. Representou a substituição da centro-esquerda pela esquerda no poder.

Para a condução da política econômica, o presidente Lula nomeou, como ministro da fazenda, Antônio Palocci. Sua missão seria a de reverter a tendência inflacionária que assombrava novamente o país, baixar os juros praticados por seu antecessor e restabelecer a confiança internacional na economia brasileira para atrair novamente investimentos estrangeiro. Tudo isso sem ferir os compromissos de campanha, referentes à reversão dos maus índices sociais.

Crítico da política neoliberal praticada por Fernando Henrique como oposição, no governo estabeleceu medidas que deram continuidade à política econômica anterior. Centrado no combate à inflação e na busca pela estabilidade econômica, o governo do PT não priorizou as políticas de estímulo ao crescimento econômico. A postura assumida pela esquerda no poder distanciou do discurso que a elegera.

Visando atender às populações mais carentes, o governo Lula criou o Programa Fome Zero. Criado em 2003, em substituição ao Programa Comunidade Solidária do governo FHC, tem como objetivos combater a fome e as suas causas estruturais e garantir a segurança alimentar de brasileiros em três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e um mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios. O Programa Fome Zero consiste num conjunto de mais de 30 programas complementares.

O Programa Bolsa Família (PBF), também criado pelo governo Lula, é um programa de transferência de renda com condicionalidades criado em 2003 para

integrar e unificar o Fome Zero os antigos programas criados no governo FHC, como o Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. O PBF é tecnicamente chamado de *mecanismo condicional de transferência de recursos*, e consiste na ajuda financeira às famílias pobres com a contrapartida de que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos e/ou dependentes com frequência na escola e vacinados. O programa visa reduzir a pobreza a curto e a longo prazo através de transferências condicionadas de capital, o que, por sua vez, visa quebrar o ciclo geracional da pobreza de geração a geração. É considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo.

As críticas às políticas sociais praticadas pelo governo Lula são referentes ao assistencialismo e à dependência que tais políticas criariam na população, em relação ao governo federal. Criaria, ainda, um vínculo eleitoreiro, no sentido de vincular os benefícios adquiridos nos programas exclusivamente à política do PT.

Na prática, os resultados do governo, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foram positivos. Foi identificada melhoria na distribuição de renda e no salário mínimo, e investidos elevados recursos em obras de infraestrutura, como abastecimento de água e de energia e no setor de transporte brasileiro.

Especificamente no setor de investimentos em infraestrutura, o governo lançou, em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que engloba um conjunto de políticas econômicas planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo prioridade o investimento em saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. O PAC é composto por cinco blocos: medidas de infraestrutura, incluindo a infraestrutura social, como habitação, saneamento e transporte (o principal bloco); medidas para estimular o crédito e o financiamento; melhoria do marco regulatório na área ambiental; desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo.

Foi na área do combate à corrupção que o governo Lula foi mais comprometido e teve sua credibilidade afetada, inclusive com supostos envolvimento de autoridades ligadas ao mais alto escalão do governo. Em 2004, o escândalo dos bingos, envolvendo o nome do então Ministro da Casa Civil José Dirceu; em 2005, o do mensalão, envolvendo o Ministro da Fazenda Antônio Palocci; em 2008, o dos cartões corporativos, envolvendo a Ministra da Promoção da

Igualdade Racial Matilde Ribeiro. Por mais que o Presidente tenha alegado desconhecer os casos de corrupção em seu governo, é fato que sua imagem não saiu ilesa dos escândalos.

No plano internacional, no governo de Lula o Brasil tem buscado maior participação na política externa, tendo defendido os interesses de países emergentes frente aos mais ricos nos fóruns internacionais. Um maior protagonismo brasileiro pode ser observado nos diversos organismos internacionais em que o Brasil tem participado: G-20 (economia), G-20 (agricultura) e G-3 (IBAS). Tem destacada liderança na América do Sul, como resultado da prioridade atribuída para o MERCOSUL e para a União Sul-Americana de Nações (UNASUL). Além disso, tem diversificado as relações comerciais com os países árabes e africanos. A política externa do atual governo tem defendido uma reforma estrutural no Conselho de Segurança da ONU, defendendo uma maior participação dos países emergentes.

Pelas pesquisas de opinião, o balanço do governo Lula tem sido positivo, em função de diversos fatores: controle da inflação, juros de mercado reduzidos, o dólar em queda e o real em valorização; taxa de desemprego ainda alta, mas estável; crescimento de investimentos estrangeiros no país, em função da diminuição do índice “risco-Brasil” e pagamento da dívida externa.

7. O PAPEL DO BRASIL PERANTE A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A integração sul-americana passou a ter foco central na política externa brasileira na década de 1990. Até então, por mais que os governos brasileiros tentassem atribuir prioridade ao relacionamento intercontinental, fatores como ideologia, influência na América do Sul de potências externas ao continente, necessidade de obtenção de resultados imediatos nas relações comerciais, desconfianças entre governos sul-americanos, entre outros, faziam com que a integração fosse superficial no contexto sul-americano.

7.1. MERCOSUL

Precedeu todo o processo de implantação do MERCOSUL – sem dúvida o organismo internacional que mais projeta e que mais benefícios tem trazido ao país

– acordos como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (Tratado de Montevideú), de 1960, extinta em 1980 e dando origem, no mesmo ano, à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (Segundo Tratado de Montevideú); a Declaração de Iguaçu, de 1985; a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, de 1986; o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de 1988; e a Ata de Buenos Aires, de 1990,.

O ano de 1985 é o marco inicial do processo político que resultou na criação do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL. Brasil e Argentina iniciaram negociações comerciais, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas à formação de um mercado regional. Em contexto histórico marcado pelo final dos governos militares em ambos os países, os presidentes José Sarney e Raul Afonsín assinaram, em 30 de novembro de 1985, a Declaração de Iguaçu, quando enfatizaram a importância da consolidação do processo democrático e da união de esforços com vistas à defesa de interesses comuns nos foros internacionais. Reafirmaram o desejo de aproximar as duas economias e criaram a Comissão Mista de Cooperação e Integração Bilateral, à qual coube a formulação de propostas de integração entre Brasil e Argentina.

O resultado do trabalho da Comissão Mista levou à assinatura, na cidade de Buenos Aires, em 29 de julho de 1986, da Ata para a Integração Argentino-Brasileira. No acordo, Brasil e Argentina comprometeram-se a cumprir o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que estabelecia protocolos setoriais, voltados à integração de setores produtivos específicos. O objetivo do Programa era abrir, de modo seletivo, os mercados nacionais e estimular a complementaridade das economias, a fim de permitir condições de adaptação dos agentes privados ao novo ambiente econômico.

O incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina impulsionou a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 29 de novembro de 1988. Naquele acordo, os dois países estabeleceram um prazo de dez anos para a formação de um espaço econômico comum, mediante a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias e a elaboração de políticas conjuntas.

O objetivo do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento foi reafirmado pelos Presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Saúl Menem com a assinatura da Ata de Buenos Aires, em 6 de julho de 1990. A Ata diminuiu o prazo estipulado pelo Tratado de 1988, estabelecendo a data de 31 de dezembro de 1994

para a constituição de um mercado comum entre Brasil e Argentina. Em segundo lugar, em vez de acordos setoriais, privilegiou-se a redução linear de tarifas aduaneiras e de barreiras não-tarifárias. A aceleração da estratégia de integração econômica ocorreu em momento em que Brasil e Argentina passavam por reformas econômicas baseadas na liberalização comercial.

Ao esforço de integração inicialmente empreendido por Argentina e Brasil uniram-se Paraguai e Uruguai. Juntos, os quatro países formularam o projeto de criação do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, culminando na assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991. Naquela data, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai acordaram ampliar as dimensões dos seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos. Estabeleceram, no preâmbulo do Tratado de Assunção, que a constituição do mercado comum deve pautar-se pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, pela preservação do meio ambiente, pela melhoria das interconexões físicas e pela coordenação de políticas macroeconômicas de complementação dos diferentes setores da economia. As bases institucionais do Tratado de Assunção foram complementadas pelo Protocolo de Ouro Preto, de 16 de dezembro de 1994.

A criação de um mercado comum implicou: na livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; no estabelecimento de uma tarifa externa comum; na adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros estados ou agrupamentos de estados e na coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; na coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os estados partes; no compromisso dos estados partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração.

Um dos principais desafios para o sucesso do Mercosul diz respeito ao grau de disparidade entre as economias de seus países membros: o Brasil detém em torno de 75% do PIB do bloco, a Argentina um pouco menos de 23% e o restante é distribuído entre Uruguai (1,5%) e Paraguai (0,7%). Diante desse quadro, a manutenção de equilíbrio entre as grandes e pequenas economias configura-se como uma questão central para o Mercosul (FILHO, 2006:69).

O bloco tem alcançado êxito nesse sentido e as trocas comerciais internas, adquirindo crescimento considerável, mesmo diante das crises econômicas que

abalaram alguns de seus países membros. Em 1990, o comércio entre os países hoje integrados estava em torno de quatro bilhões de dólares, um ano depois passou dos cinco bilhões. Em 1992 chegava a sete bilhões e no ano seguinte já ultrapassava os dez bilhões. Em 1997 e 1998 representava mais de 20 bilhões de dólares (FILHO, 2006:72-73).

7.2. UNASUL

Em dezembro de 2004, com a criação da Comunidade Sul-Americana (atual UNASUL – União de Nações Sul-Americanas), o processo de integração regional no continente começa a se afirmar. Entre os principais objetivos da UNASUL destacam-se: 1) os projetos de integração da infraestrutura física regional; 2) o acordo comercial entre os países do Mercosul e da Comunidade Andina; e 3) o diálogo político permanente entre os países da região.

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) será uma zona de livre comércio continental que unirá as duas organizações de livre comércio sul-americanas, Mercosul e Comunidade Andina de Nações, além do Chile, Guiana e Suriname, nos moldes da União Europeia. Foi estabelecida com este nome pela Declaração de Cuzco, em 2004.

A sede da União é localizada em Quito, capital do Equador, enquanto a localização de seu banco, o Banco do Sul, é na capital da Venezuela, Caracas. O seu parlamento é localizado em Cochabamba, na Bolívia. A integração completa entre esses dois blocos foi formalizada durante a reunião dos presidentes de países da América do Sul, no dia 23 de maio de 2008, em Brasília.

Uma das iniciativas da UNASUL é a criação de um mercado comum, começando com a eliminação de tarifas para produtos considerados não sensíveis até 2014 e para produtos sensíveis até 2019.

Está em andamento (dados de 2009) a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com investimentos estimados em US\$ 38 bilhões, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Corporação Andina de Fomento, do BNDES e do FonPlata.

Os planos iniciais de integração através da cooperação em infraestrutura da Unasul se deram com a construção do Corredor Bioceânico, uma estrada que pretende ligar os países da costa do Pacífico, especialmente Chile e Peru, com

Brasil e Argentina, estendendo rodovias através do continente, permitindo melhores conexões dos portos à Bolívia e partes mais internas da Argentina, Peru e Brasil. O primeiro corredor, entre Peru e Brasil, começou a ser construído em setembro de 2005, financiado 60% pelo Brasil e 40% pelo Peru, e é esperado para estar pronto até o fim de 2009.

O Anel Energético Sul-Americano deverá interconectar Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai com gás natural de diversas fontes. Apesar de esta proposta ter sido assinada e ratificada, dificuldades políticas e econômicas na Argentina e Bolívia atrasaram esta iniciativa.

A criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano foi proposta pelo Brasil e discutida pela primeira vez em uma reunião de cúpula dos presidentes sul-americanos em abril de 2008. Em 15 de dezembro de 2008, na cúpula extraordinária da União de Nações Sul-Americanas, foi finalmente aprovada a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, que passa a ter em sua composição os respectivos ministros da área de defesa da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. O conselho de defesa assumirá funções como elaboração de políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz das Nações Unidas, troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e integração de bases industriais de material bélico.

7.3. BRASIL E A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Os projetos de integração latino-americana não podem ser desvinculados da história do continente. Segundo Ricardo Vélez Rodríguez (2009), o caminho trilhado pelo Brasil, desde meados do século XIX até os finais do século XX tem sido, invariavelmente, o da paciente negociação entre interesses internacionais divergentes, procurando, sempre, manter preservados os interesses da Nação Brasileira. Assim aconteceu no decorrer dos conflitos no Rio da Prata, essa foi a tônica durante a Guerra da Tríplice Aliança, esse foi o pano de fundo que pautou a nossa política exterior, comandada inicialmente pelo Barão do Rio Branco e, depois, pelas gerações de diplomatas que se seguiram. As Forças Armadas estiveram sempre de prontidão para defender a integridade do território nacional e garantir,

quando convocadas, as soluções negociadas e assinadas nos tratados internacionais (RODRÍGUEZ, 2009).

Exemplos desse espírito de negociação e de integração pacífica são, sem dúvida nenhuma, a constituição, há mais de vinte anos, da Itaipu Binacional, bem como os denodados esforços dos nossos diplomatas e funcionários oficiais em prol da paciente criação dos mecanismos de integração econômica e cultural no MERCOSUL e na UNASUL. Diríamos que o pano de fundo ideológico sobre o qual tudo isso aconteceu é o de um sadio pragmatismo responsável. A comunidade internacional, com certeza, espera do Brasil, nesta importante quadra da integração sul-americana, que faça valer o peso dessa sua tradição de negociação, moderação e realismo, fatores que são, hoje, mais do que nunca, os melhores aliados da paz continental e mundial (RODRÍGUEZ, 2009).

O papel do Brasil tem sido relevante na integração sul-americana. Essa política de integração tem sido a prioridade do Ministério das Relações Exteriores. Certamente a mudança do enfoque nas relações entre países do continente tem criado condições favoráveis a essa integração: se até o final do século XX vivíamos em um ambiente de conflito, a partir daí a palavra de ordem na América do Sul passou a ser cooperação.

E para consolidar essa política de cooperação, muitos críticos avaliam que o Brasil esteja fazendo concessões excessivas aos seus vizinhos, como ocorreu, por exemplo, na questão do gás com a Bolívia (2007-2008), de Itaipu com o Paraguai (2008-2009) e nos inúmeros contenciosos comerciais com a Argentina, ainda debilitada economicamente. Na visão do governo Lula, é necessário que o Brasil, para consolidar um bem mais duradouro e a longo prazo, assuma a responsabilidade pela integração da América do Sul e lidere este processo, abrindo mão de ganhos imediatos. Nesse aspecto, não interessaria ao Brasil ser apenas um grande país, economicamente forte, mas cercado de vizinhos desestabilizados economicamente e politicamente.

Nessa perspectiva, o tamanho e a importância da economia brasileira, as disparidades sócioeconômicas regionais e a falta de mecanismos para corrigir as assimetrias precisariam ser analisadas no emperrado processo da integração regional da América do Sul, restrito ainda a uma união aduaneira do MERCOSUL. O Brasil é o país mais industrializado, representa mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) regional e registra graves desequilíbrios nas balanças comerciais com os

outros países sul-americanos. À exceção da Bolívia, o Brasil tem excedente comercial com todos os outros 11 países da região. Grandes empresas brasileiras passaram a atuar internacionalmente, como Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce, Camargo Correa e Odebrecht. Entre 1996 e 2004, a média anual dos investimentos brasileiros no exterior era de um bilhão de dólares, volume que subiu para 13 bilhões de dólares nos últimos anos, grande parte destinada aos países vizinhos.

Os discursos contra o "imperialismo brasileiro" cresceram na região, que sofreu uma mudança significativa - de conservadora e oligárquica, a América do Sul passou a ter hoje a maior parte de seus países dirigida por governos de esquerda. E são justamente os homólogos de esquerda do governo brasileiro que têm procurado, na década de 2000-2010, obter mais vantagens face ao "gigante brasileiro": Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, e Fernando Lugo, no Paraguai, de forma mais contundente; Hugo Chavez, na Venezuela, e Cristina Kirchner, na Argentina, de maneira pontual. Não resta dúvida de que atacar o Brasil rende dividendos políticos. Do lado do gigante emergente, as responsabilidades para consolidar-se como potência regional aumentam.

Em função desse papel relevante, o Brasil tem sido compulsado a se manifestar e mediar diversos conflitos sul-americanos. Essa mediação, ao tempo que valoriza o peso do país no cenário internacional, desgasta sua imagem consolidada de neutralidade e não ingerência. Se a constante presença brasileira como mediador dá credibilidade a qualquer negociação, fruto de sua história política e de seu peso econômico na América do Sul, ela também pode desgastar o Brasil, na medida em que sua presença torna-se incômoda e sua busca de protagonismo possa parecer exagerada.

Tem sido preocupação de governo não transformar a mediação em uma atitude arrogante, uma atitude de protagonismo exacerbado. Nessa visão, a liderança não é uma coisa que se reivindica. É uma construção coletiva. Assim, uma visão exageradamente protagonística do Brasil poderia prejudicar o processo de integração.

O Brasil tem adotado uma "paciência estratégica" em relação às demandas legítimas e mesmo algumas exageradas de seus vizinhos. Não deve, porém, descartar um eventual "recoo estratégico", caso se consolide algum processo de radicalização em algum país ou, ainda, na ameaça dos interesses nacionais mais

legítimos. Na prática, parece possível e desejável conciliar a integração com o nacionalismo emergente na região, desde que este não se torne irreduzível ou traga mais problemas do que benefícios (COUTINHO, 2006).

Saber trilhar o caminho equilibrado no conflituoso processo de integração sul-americano será um dos maiores desafios da política externa brasileira e, em última análise, definirá o tipo de protagonismo que viremos a exercer no continente.

8. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

8.1. AS MISSÕES DE PAZ

O Brasil vem, há muito tempo, contribuindo com o esforço de organismos internacionais de paz, com o envio de observadores militares desarmados ou tropas levemente armadas, em áreas conflagradas. O objetivo da participação brasileira é cooperar no monitoramento de cessar-fogo entre partes envolvidas e no desenvolvimento das melhores condições para o pleno restabelecimento da paz.

Desde a primeira participação brasileira em 1947, quando observadores militares foram enviados para os Bálcãs, o envio de tropa ou militares para participarem em missões de paz tem seguido as diretrizes estabelecidas pela Política Externa Brasileira. Os interesses do país na área onde se deflagrou o conflito, assim como aspectos humanitários, são levados em consideração na decisão política do envio de tropa ou militares. A participação brasileira em missões de paz só ocorre após o atendimento de algumas imposições, cuja principal é a aceitação, por parte dos países ou das facções envolvidas no conflito, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território.

Quando instaurada, uma Operação de Paz deve ser regida pelos princípios de imparcialidade, aplicação do mínimo de força necessária, negociação com todas as partes envolvidas e intermediação na busca de soluções, evitando-se a discussão de problemas e responsabilidades.

Os seguintes princípios, previstos no artigo 4º da Constituição e que regem as relações internacionais brasileiras, definem as bases para a participação – ou não – do Brasil em missões internacionais: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os

Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

Com base nos princípios acima citados, na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, a participação brasileira em missões de paz ocorre por decisão do Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional.

O balanço da cooperação militar brasileira com os processos de paz é positivo, pelas razões a seguir expostas:

- a consolidação do excelente conceito que os militares brasileiros angariaram mundo afora;
- a incorporação de novos conhecimentos profissionais decorrentes da interação com tropas de outros exércitos ali estacionadas;
- a formação de massa crescente de recursos humanos, qualificados em operações de manutenção de paz, por meio do rodízio de contingentes;
- aumento da projeção internacional do Exército Brasileiro;
- ganhos na qualificação de pessoal, notadamente em atributos caros ao meio militar, como liderança, decisão, capacidade de coordenação e controle, entre outros; e
- fortalecimento do orgulho e da autoestima do pessoal.

A participação do Brasil em missões de paz caracteriza-se como um instrumento útil por trazer prestígio à Política Externa e às Forças Armadas Brasileiras, aumentando a projeção nacional no cenário mundial e seu protagonismo no cenário regional. Além de representar um cumprimento com suas obrigações de solidariedade no contexto das demais nações, contribui para estreitar as relações com países de particular interesse para Política Externa Brasileira.

Em todas as oportunidades, nossos efetivos militares demonstraram alto nível de capacitação técnico-profissional, com desempenho destacado internacionalmente. Ressalta-se que um dos fatores preponderantes para esse sucesso é a capacidade de interação e adaptação, inerentes ao povo brasileiro e demonstrados por nossos soldados.

A tendência das missões de paz aponta para o aumento de missões delegadas, com a concessão, pela ONU, de mandatos para que organismos regionais ou coalizações de estados-membros as conduzam, com a consequente diminuição de controle por parte das Nações Unidas.

A participação brasileira em missões de paz é abrangente no espaço, no tempo e na finalidade da missão. Com contingente (tropa), são as seguintes as missões brasileiras a serviço de organismos internacionais:

- Em Suez (UNEF I), entre 1957 e 1967, com um Batalhão de Infantaria;
- Na República Dominicana (FAIBRAS), em 1965 e 1966, com um Batalhão de Infantaria;
- Em Moçambique (ONUMOZ), em 1993 e 1994, com uma Companhia de Infantaria e uma Unidade Médica;
- Em Angola (UNAVEM III), entre 1995 e 1997, com um Batalhão de Infantaria reforçado por uma Companhia de Engenharia, dois Postos de Saúde e oficiais do Estado-Maior da Missão;
- No Timor Leste (UNAMET, INTERFET, UNTAET e UNMISSET), entre 1999 e 2005, com uma Companhia de Polícia do Exército e oficiais do Estado-Maior da Missão;
- No Haiti (MINUSTAH), desde 2004, com um Batalhão de Infantaria, uma Companhia de Engenharia e oficiais do Estado-Maior da Missão.

Além disso, o Brasil tem participação nas seguintes missões, com observadores militares, sob égide de organismos internacionais:

- Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs, de 1947 a 1949;
- Missão de Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), de 1960 a 1964;
- Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental (UNSF), em 1962 e 1963;
- Missão do Representante Permanente do Secretário-Geral da ONU na República Dominicana (DOMREP), em 1965 e 1966;
- Missão das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNIPOM), em 1965 e 1966;
- Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I, II e III), de 1989 a 1997;
- Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na América Central (ONUCA), de 1990 a 1992;
- Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), de 1991 a 1995;

- Força de Proteção das Nações Unidas na Antiga Iugoslávia (UNPROFOR), de 1992 a 1995;
- Missão das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), em 1993 e 1994;
- Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda (UNOMUR), em 1993 e 1994;
- Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL), de 1993 a 1997;
- Missão das Nações Unidas para a Verificação dos Direitos Humanos na Guatemala (MINUGUA), de 1994 a 2000;
- Operação de Restauração da Confiança das Nações Unidas na Croácia (UNCRO), em 1995 e 1996;
- Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas na Macedônia (UNPREDEP), de 1995 a 1999;
- Missão de Observação Militar no Equador e no Peru (MOMEPE), de 1995 a 1999;
- Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS), desde 1995;
- Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA), desde 1995;
- Força Internacional de Paz das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), em andamento desde 1995;
- Administração Transitória das Nações Unidas para a Eslovênia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental (UNTAES), de 1996 a 1998;
- Missão das Nações Unidas em Prevlaka/Croácia (UNIMOP), de 1996 a 2002;
- Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), de 1997 a 1999;
- Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET, INTERFET, UNTAET, UNMISET e UNMIT), em andamento desde 1999;
- Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA), em 2002 e 2003;
- Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), em andamento desde 2003;
- Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), em andamento desde

2003;

- Missão das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNOGBIS), em andamento desde 2004;
- Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em andamento desde 2004;
- Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), em andamento desde 2005;
- Plano de Ação Contra Minas na República da Colômbia (MARMINAS - Colômbia), desde 2006;
- Missão das Nações Unidas no Chade e República Centro Africana (MINURCAT), desde 2007;
- Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), desde 2007;
- Missão das Nações Unidas no Nepal (UNMIN), desde 2007.

8.2. O BRASIL E A ONU

No Brasil estão representadas quase todas as agências/programas da ONU, sendo que a maioria possui escritórios em Brasília. Muitos destes escritórios, além de trabalharem no Brasil, são representações regionais, como é o caso, por exemplo, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), cujo escritório é responsável também pelos países do Cone Sul; ou do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), cuja representação na cidade do Rio de Janeiro atende a todos os países da América Latina e do Caribe. Algumas agências/programas das Nações Unidas no Brasil possuem escritórios em diversas cidades do país.

Funcionam no Brasil os seguintes Programas e Fundos da ONU: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT); o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); o Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU); o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS);

e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

A ONU está presente no Brasil através de representações de suas agências especializadas. As que possuem escritórios no País são: a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Mundial da Saúde (OMS) através da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS); o Banco Mundial; o Fundo Monetário Internacional (FMI); a Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO); a União Internacional de Telecomunicações (ITU); e a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Além dos programas e agências já mencionados, outros escritórios das Nações Unidas têm representações no Brasil, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD); e o Centro de Informações da ONU para o Brasil (UNIC Rio).

Todos estes programas, fundos, agências e escritórios desenvolvem no País as tarefas indicadas por seus respectivos mandatos e atuam em áreas específicas. Além disso, estas representações trabalham em parceria entre elas, e desenvolvem projetos em conjunto com o governo – tanto em nível federal como estadual e municipal – com a iniciativa privada, instituições de ensino, ONGs e a sociedade civil no Brasil.

Ao contrário do que acontece na África, onde a ONU tem um trabalho mais assistencialista que inclui a distribuição de alimentos, vacinação, construção de escolas e hospitais, no Brasil o trabalho é mais de assessoria e de apoio ao governo e à sociedade. Para isso, faz pesquisas e prepara relatórios - como o Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD); ou a Situação da Infância Brasileira (UNICEF) - onde são levantados dados sobre os progressos alcançados ou sobre as deficiências do Brasil nas mais diferentes áreas. As agências/programas também organizam seminários, conferências sobre seus assuntos específicos e trabalham em conjunto com a sociedade civil na implementação de projetos específicos em diversas regiões do país.

O Brasil trabalha junto às Nações Unidas desde a fundação da Organização em 1945, sendo um dos Estados fundadores da ONU. Durante estes mais de 60 anos, o País sempre teve um papel de destaque dentro da Organização. O Brasil é

atualmente (dados de 2008) o 14º maior contribuinte para o orçamento regular das Nações Unidas e já participou de diversas missões de paz criadas pelo Conselho de Segurança.

Por uma tradição que vem desde a primeira Assembleia Geral das Nações Unidas, que aconteceu em Londres (Reino Unido) em 1946, o Brasil é a nação que abre anualmente a Sessão da Assembleia Geral. O Brasil participa dos processos de tomada de decisão e do trabalho das Nações Unidas principalmente por meio de quatro representações permanentes nas cidades de Nova York (Estados Unidos), Genebra (Suíça), Roma (Itália) e Paris (França).

A função das representações é acompanhar de perto a agenda da ONU, ter informações mais específicas sobre os trabalhos e ampliar a participação do País no Sistema.

Na sede das ONU, em Nova York, o Brasil mantém a Missão Permanente junto às Nações Unidas, que é chefiada por um Embaixador do quadro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O quadro de serviço exterior — diplomatas, oficiais de chancelaria e assistentes de chancelaria brasileiros — é composto por cerca 30 pessoas, sem contar os funcionários de outras nacionalidades. A Missão é responsável pela participação do Brasil em todos os eventos da ONU que interessem ao País, nas reuniões da Assembleia Geral e, periodicamente, do Conselho de Segurança.

No segundo maior escritório da ONU, em Genebra, a Delegação Permanente do Brasil é chefiada por um Embaixador e o quadro de serviço exterior é composto também por cerca de 30 pessoas. A equipe participa das ações da sede suíça, responsável, fundamentalmente, por trabalhos relativos à África, ao Oriente Médio e à Ásia.

A representação brasileira junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), sediada em Roma, é a Embaixada do Brasil. Sob a direção de um Embaixador, o quadro de serviço, composto por seis brasileiros, trabalha integrado à agência para aumentar o nível de nutrição das pessoas, ampliar a produtividade agrícola dos países e melhorar a qualidade de vidas das populações rurais.

Na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, a Delegação Permanente do Brasil é chefiada também por um Embaixador, nomeado pelo Itamaraty. Os sete brasileiros do quadro de serviço

trabalham, assim como toda a equipe da agência, para promover a paz e os direitos humanos com base na "solidariedade intelectual e moral da humanidade".

8.3. O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (CS/ONU)

A ONU foi fundada oficialmente a 24 de outubro de 1945, depois da assinatura da Carta em São Francisco, Califórnia, por 51 países. Com 191 Estados-membros em 2009, é um organismo internacional que admite somente Estados soberanos em seus quadros e, como tal, tem uma estrutura orgânica e decisória voltada para a esfera estatal (CASTRO, 2005). A ONU teve seus princípios e estrutura política formulados durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo principal de evitar outra guerra em escala mundial. Apesar de enfrentar dificuldades, a Organização tem atingido esse objetivo.

Entretanto, após os últimos eventos do final do século passado, como o fim da Guerra Fria e os atentados terroristas do 11 de Setembro, torna-se necessária uma avaliação da sua estrutura, totalmente vocacionada para um mundo bipolar. Esta estrutura, baseada no exclusivo protagonismo estatal, mostrou-se deficiente para enfrentar ameaças transnacionais, como o terrorismo, o narcotráfico, a crise de combustível, a destruição do meio ambiente, os desastres ambientais, as crises políticas e econômicas, e outras que têm resultados similares a um conflito bélico (CASTRO, 2005).

Os rumos da ONU são traçados pelo seu Conselho de Segurança. Centro decisório do sistema internacional representa o mecanismo de manutenção da ordem mundial espelhada em 1945, por meio do poder de veto dos seus membros permanentes – que são os menos interessados em alterar tal *status quo*. Seu apoio não foi garantido nas tentativas anteriores de ampliação do grupo de membros permanentes, a mais recente em 2005, o que era natural. Pelo menos em tese, nenhuma dessas potências deveria ter interesse em concordar com a perda de um estratégico privilégio mantido por mais de seis décadas (SIMÕES, 2009). Dessa forma, alguns interlocutores defendem que o CSU foi criado não para exclusivamente preservar a paz internacional, mas sim preservar o poder de um determinado número de países vitoriosos no último conflito mundial, por meio de um jogo de poder de delimitação de esferas de influência (CASTRO, 2005).

Historicamente, a única reforma ocorrida no Conselho foi em 1965, quando

2/3 dos países, incluindo os permanentes (EUA, URSS, França, Reino Unido e China), ratificaram a emenda que aumentava de 11 para 15 os países rotativos. Em 1965, a ONU tinha 117 dos 191 Estados-membros de hoje. Foram necessários, no mínimo, 77 países ratificarem a emenda sem, contudo, alterar a composição ou o poder de veto dos cinco permanentes (P-5). Hoje seriam necessários 126 países e mais os permanentes para aprovar uma reforma no CS/ONU (Art. 108 da Carta). Daí se verifica a dificuldade política que tal modificação vai enfrentar (CASTRO, 2005).

O Brasil foi membro fundador da ONU, tendo participado ativamente de sua organização. Exerceu o mandato de membro não permanente por oito vezes (1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99 e 2004-05), tendo sido eleito para o nono mandato no biênio 2010-2011. Alguns autores questionam que a presença de um país no mais alto órgão político mundial é percebida menos como uma via de projeção e mais como uma forma de tornar os governos mais suscetíveis às pressões internacionais, tendo que prestar contas sobre questões como direitos humanos, meio ambiente, democracia etc., por conta dessa visibilidade. Confirmaria essa tese o afastamento do Brasil do Conselho de Segurança de 1969 a 1988, período coincidente com os governos militares quando, naqueles vinte anos, o país estaria mais sensível às críticas internacionais (SANTOS, 2006).

A postura do Brasil e de outros estados emergentes, como a Índia, Alemanha e Japão, é de que uma reforma estrutural é necessária, no sentido de dar maior legitimidade às decisões do Conselho de Segurança. A presença de um viés emergente traria a essa esfera de decisão representatividade junto à maioria dos países, posto que alguns dos membros do Conselho estariam mais sensíveis às suas necessidades e aspirações.

Certamente muita coisa está mudada desde meados do Século XX, quando os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança formavam também o seleto clube nuclear. Boa parte de sua credibilidade para determinar os caminhos do planeta nas áreas de política e segurança vinha do fato de que eram os únicos países detentores de armas nucleares. Mas com o tempo isso mudou: Israel silenciosamente produziu sua bomba, apesar de nunca ter admitido; Índia e Paquistão anunciaram e provaram ter suas ogivas; Coreia do Norte seguiu o mesmo caminho; e o Irã se aproxima de obter a capacidade de produzir bombas atômicas, se assim o desejar. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da

ONU não conseguiram impedir a proliferação nuclear (SIMÕES, 2009). Além disso, fica difícil deixar de reconhecer o protagonismo que o poder econômico exerce no mundo multipolar, principalmente pelas redes de dependência que cria entre as diversas economias. E nesse espaço econômico, os prognósticos mostram que Brasil e Índia representarão, nos próximos 50 anos, um poder econômico equiparado ao dos EUA, Rússia e China, e superior ao do Reino Unido e França.

Do lado brasileiro, merece ser destacado que a diplomacia e a política externa brasileiras estão calcadas na herança jurídico-principista pacifista do Barão do Rio Branco, chanceler brasileiro entre 1902-1912 (CASTRO, 2005). Este é um sólido legado patrimonial do Brasil no cenário internacional. Essa herança de Rio Branco pouco se harmoniza com o realismo belicista dos P-5. Além disso, a inserção multilateral do Brasil tem se mostrado eficaz e tem projetado o país como articulador privilegiado, equilibrado e capaz de intermediar conflitos das mais diferentes nuances, desde questões políticas internas (caso de Honduras), externas (caso Colômbia-Venezuela), extraestatais (meio ambiente, aquecimento global, alimentação, direitos humanos, biocombustíveis). Confirma essa eficácia o protagonismo do país frente aos mais diversos organismos multilaterais e regionais (MERCOSUL, UNASUL, Cúpula Árabe-América do Sul, G-20, IBAS, entre outros). Portanto, uma reforma no CS/ONU poderia estar sendo sobrevalorizada pelo Itamaraty.

Por outro lado, algumas contradições na política externa brasileira, como a abstenção de votar resoluções que acusam alguns países, como o Sri Lanka, a Coreia do Norte, o Irã e a República Democrática do Congo, de violar direitos humanos podem colocar em dúvida a credibilidade da proposta brasileira. Ainda, cabe destacar que o Brasil passou mais de duas décadas sem contribuir, em termos militares, para missões de paz e, somente na década de noventa, voltou participar nas operações da paz da ONU e a defender reforma do CS/ONU. O Japão e a Alemanha, por exemplo, há uma década vêm sendo o segundo e o terceiro maiores contribuintes para o orçamento regular da ONU e preservam uma plataforma político-diplomática à vaga permanente do CS/ONU bem mais coesa e alinhada com os EUA.

Portanto, podemos concluir que existe uma necessidade premente de haver modificações na estrutura do CS/ONU, com a finalidade de adequá-lo às novas necessidades multifacetárias das relações internacionais. Porém, discute-se se uma

modificação na composição do Conselho seja suficiente para democratizá-lo e legitimar o órgão que tem a principal função de manter o *status quo* da ordem mundial. Além disso, o Brasil deve avaliar, criteriosamente, os custos políticos, militares e sociais de, um dia, ser membro permanente.

8.4. BRASIL – EUA

8.4.1. BREVE HISTÓRICO

Em quase dois séculos de relacionamento, brasileiros e norte-americanos alternaram períodos de intensa cooperação política e comercial com atritos diplomáticos. Logo após a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, os Estados Unidos – separados havia pouco mais de 30 anos da Inglaterra – enviaram representantes ao Brasil. Em 1824, apoiados na Doutrina Monroe (1823), os EUA foram a primeira nação a reconhecer a Independência do Brasil. No mesmo ano, Dom Pedro I enviou um diplomata brasileiro aos EUA para tratar das relações comerciais entre os dois países. Entre 1867-71, cerca de 9.000 americanos confederados migraram para o Brasil, fugindo das consequências da Guerra Civil (1861-1865). A maior parte dos imigrantes retornou para os EUA, mas deixou uma herança cultural em localidades, como Americana (SP). Em 1876, Dom Pedro II visitou a Exposição do Centenário da Independência americana na Filadélfia e encontrou-se com o presidente americano Ulysses S. Grant. É a primeira reunião entre os chefes de Estado dos dois países.

Com a República, em 1889, o Brasil aproximou-se dos Estados Unidos, principal consumidor de seus produtos agrícolas. Entre 1902-12, com o Barão do Rio Branco, o Brasil aproximou-se definitivamente dos Estados Unidos. Os dois países passaram a praticar a chamada *Entente Cordiale*, um acordo não escrito que marcou a concordância em temas como a questão do Acre e do Panamá. A embaixada brasileira em Washington foi estabelecida em 1905, tendo sido Joaquim Nabuco o primeiro embaixador. Em 1906, o secretário de Estado americano Elihu Root visitou o Brasil para tratar da aproximação dos dois países. Foi a primeira vez na história americana que um secretário de Estado deixa o país para missão no exterior. Durante a I Grande Guerra, o Brasil aliou-se aos Estados Unidos em 1917, tornando-se a única nação sul-americana a entrar no conflito. Durante a II Guerra Mundial, em

1943, o Brasil assinou um acordo de cooperação com os EUA, após longa negociação. Pelo pacto, os americanos financiariam a construção da primeira usina siderúrgica brasileira, a de Volta Redonda, em troca do uso de bases militares no Nordeste por tropas americanas. Para selar o acordo, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt encontrou-se com Getúlio Vargas em Natal (RN). Em 1947, em plena Guerra Fria, os presidentes Harry Truman e Eurico Gaspar Dutra assinaram, no Rio, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. O pacto previa reação conjunta diante de ameaça a qualquer país do continente americano.

A partir de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek estreitou as relações com os americanos, apoiando a criação da Operação Pan-Americana, aliança para superar o subdesenvolvimento. Os EUA buscavam, assim, atrair os países da região e afastá-los da influência comunista.

Em 1964, com a Revolução de 31 de Março, os EUA acompanharam a movimentação que resultou na destituição de João Goulart e no regime militar, até 1985. Em 1969, membros do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) sequestraram o embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick. Em 1978, durante a visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil, o governo Geisel contestou a tentativa de ingerência dos EUA na política doméstica brasileira.

Em 1987, o Brasil declarou moratória, que desagradou os credores americanos; os EUA, por sua vez, passaram a impor sobretaxas aos produtos brasileiros, devido à reserva de mercado no setor de informática. Fernando Collor de Mello iniciou, em 1990, a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Em seguida, o presidente George Bush lançou a Iniciativa para as Américas, embrião da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que pretendia derrubar barreiras comerciais do Alasca à Terra do Fogo. Os diplomatas brasileiros criticaram. De 1995-2000, coincidem os mandatos de Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton. No plano pessoal e político, houve grande sintonia entre os dois presidentes, a ponto de Clinton empenhar-se pessoalmente no socorro financeiro ao Brasil. No plano econômico, porém, Brasil e EUA chegaram a impasses sobre a ALCA, relativos a subsídios americanos à agricultura e ao mercado de serviços brasileiros.

Em 2002, um ex-representante dos EUA no Conselho de Segurança afirmou que, caso eleito, o candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva conduziria o Brasil para o “eixo do mal”, formado por países como Venezuela e Cuba. Houve protestos no Brasil. Em 2003, o governo brasileiro declarou-se contrário à invasão

do Iraque pelas tropas americanas. No dia 1º de janeiro de 2005, deveria passar a vigorar a Área de Livre Comércio das Américas. Porém, sem acordo entre Brasil e EUA – principais atores do bloco –, a ALCA não entrou em vigor e continua na mesa de negociações. Em 2007, o presidente americano George W. Bush inicia a chamada “diplomacia do etanol”. Com o objetivo de reduzir a dependência do petróleo e a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global, ele encontrou Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, na tentativa de tratar da produção de etanol (VEJA, 2009).

8.4.2. RELAÇÕES ATUAIS

Os reflexos da relação Brasil – EUA estendem-se por toda a geopolítica do continente latino-americano. A importância do Brasil, como ator moderado e protagonista na política sul-americana, tem crescido a partir do final do século XX.

Brasil e Estados Unidos mantêm uma antiga e extensa relação comercial. As trocas são especialmente importantes para o Brasil. Afinal, o mercado americano é o principal comprador de produtos e serviços brasileiros no exterior – a despeito do crescimento de outras nações como destino das exportações nacionais. Somente em 2006, essa relação atingiu quase 40 bilhões de dólares. Os americanos compraram 24,67 bilhões de dólares – quase 18% do total das vendas brasileiras. Na outra via, o Brasil importou 14,85 bilhões de dólares dos EUA – cerca de 16% de tudo o que compramos do exterior. Apesar do saldo positivo, o desempenho do Brasil é muito tímido, quando comparado com o potencial do mercado americano: o maior do mundo.

Apesar de as vendas para lá estarem em ascensão, respondem por apenas 1,4% das compras americanas, que, em 2006, chegaram a um total de 1,7 trilhão de dólares. Duas décadas antes, as exportações de Brasil e China para os EUA eram idênticas: cerca de 7 bilhões de dólares. Desde então, segundo dados do Departamento de Comércio dos EUA, em 2005 a China conseguiu, no mercado externo, repassar cerca de 243,4 bilhões de dólares em produtos aos consumidores americanos, consolidando-se como o segundo maior exportador para aquele mercado. Já o Brasil está na 15ª posição do ranking. Produtos manufaturados dominam a pauta de exportações do Brasil, e há também itens de alta tecnologia.

Uma das divergências entre a política econômica dos dois governos é a

criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que previa a derrubada das barreiras comerciais entre os países das três Américas a partir de 2005. O projeto não foi implantado pelo posicionamento entre os dois protagonistas do pacto: Brasil e EUA. Da parte brasileira, havia o risco de a concorrência norte-americana liquidar os produtores nacionais. Os americanos, por outro lado, recusavam a baixar os subsídios agrícolas, setor em que a produtividade brasileira é superior.

Os subsídios americanos são parte das pendências entre os dois países e voltou à tona com a questão do etanol. O tema, no governo de George W. Bush, recebeu o apelido de “diplomacia do etanol”. Com o objetivo de reduzir a dependência do petróleo e a emissão de gases que causam o aquecimento global, os americanos anunciaram a intenção de aumentar o consumo do álcool combustível. Em função do tamanho de suas necessidades, precisariam estabelecer uma parceria com segundo maior produtor mundial de etanol: o Brasil. Porém, para alimentar a gigantesca frota automotiva americana, cada litro do combustível limpo que entrasse em solo americano seria taxado em 46% - o que inviabilizaria a exportação brasileira. Por trás da taxa excessiva, estavam os produtores de milho dos EUA – produto a partir do qual o etanol americano é produzido. Essa produção nos EUA é subsidiada e os produtores pressionam o governo para manter o etanol brasileiro afastado do mercado norte-americano.

Outra questão que coloca os dois países em lados opostos nas negociações é a agricultura. Em reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente na chamada Rodada Doha, os maiores produtores agrícolas, inclusive o Brasil, organizaram o G-20 (agricultura), organismo multilateral destinado a combater os subsídios agrícolas e as barreiras comerciais dos países ricos a esses produtos. Os resultados concretos são pequenos. Em razão das barreiras protecionistas, calcula-se que o Brasil perca cerca de 17 bilhões de dólares por ano, no comércio de produtos de origem agrícola. Há estudos indicando que, de cada dez produtos brasileiros que entram no mercado americano, seis sofrem algum tipo de restrição. Alguns exportadores brasileiros decidiram instalar fábricas nos Estados Unidos, visando fugir das tarifas e taxas protecionistas. Essa medida foi adotada por produtores de suco de laranja, por siderúrgicas, entre outras. A desvantagem dessa situação é que cerca de 150.000 novos postos de trabalho foram criados nos EUA e não no Brasil. Há algumas vitórias do G-20 e do Brasil, em particular no mercado de combustível, algodão e aço (VEJA, 2009).

Politicamente, o Brasil é visto pelos Estados Unidos como uma nação com uma grande capacidade de negociação e peso regional, exercendo um papel fundamental no equilíbrio na América do Sul. A estabilidade política, a diplomacia baseada no diálogo e no multilateralismo, a economia brasileira e a presença de governos populistas de esquerda no contingente são credenciais que ajudaram a promover o país.

Tanto o Brasil como os EUA estabeleceram, desde o final do século XX, um amplo diálogo estratégico com a finalidade de se adequarem às mudanças do novo século. Segundo o embaixador do Brasil nos EUA, Antonio Patriota (2008), uma melhor qualidade no relacionamento entre ambos os países resulta das mudanças na presidência Bush no segundo mandato e do reforço da autonomia brasileira.

Outras nações com as quais os EUA detêm um diálogo estratégico são a Rússia, a Índia e a China, o que demonstra o peso político crescente do Brasil e o reconhecimento de sua autonomia. Condoleezza Rice, ex-Secretária de Estado norte-americano durante o governo Bush, definiu as nações emergentes como essenciais para o equilíbrio de poder mundial. Tais nações são responsáveis, ao lado dos EUA, pela construção de um mundo mais democrático e justo. Em tal contexto, como democracias multiétnicas, a proximidade política do Brasil com os EUA auxilia a não superdimensionar as divergências que permanecem. As divergências são conhecidas: OMC e a reforma das organizações internacionais multilaterais (Conselho de Segurança, G-8), G-20 (agricultura) e Rodada Doha, interferência norte-americana na América do Sul, reativação da 4ª Frota, cooperação e aumento da presença militar na Colômbia, além daquelas já citadas no campo do comércio exterior.

Na ONU, os EUA passaram a demonstrar maior disposição para a reforma, apoiando o Japão e dando indicações de que o Brasil e a Índia seriam países emergentes com possibilidade de serem integrados (PATRIOTA, 2008). Entretanto, concretamente nada foi apresentado, pelas razões que já foram tratadas nesta unidade didática, sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Apesar disso, o Brasil tem sido convidado a participar da solução de conflitos, tanto regionais como extrarregionais, o que demonstra que conta com o respeito e a confiança da potência hegemônica.

Quanto à reativação da Quarta Frota, anunciada em julho de 2009 pelos EUA, e o aumento de efetivos militares na Colômbia, os norte-americanos argumentam

que se trata apenas de uma garantia à estabilidade regional diante dos riscos do terrorismo e do tráfico de drogas, compartilhada dentro dos ditames da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Pragmaticamente, esta retórica envolve movimentos concretos de resistência à mencionada multipolaridade e, também, parece buscar a dissuasão de ações extracontinentais (Rússia, China) e intracontinentais (Venezuela, Brasil), além do patrulhamento do Atlântico Sul, envolvendo o elemento energético (as recentes descobertas de petróleo e gás pelo Brasil e as exportações da África).

Desde o final da Guerra Fria, o relacionamento bilateral apresentou três fases distintas: o alinhamento, a autonomia e o diálogo (PESCEQUILO, 2008). Tais fases correspondem a diferentes posturas do Brasil e dos EUA, influenciadas por suas políticas domésticas e pela política externa internacional e da América Latina. Com a posse do presidente Barack Obama e o término do conflituoso governo Bush, iniciou-se um período de reordenamento de poder, reavaliações de projetos nacionais e externos e dificuldades de negociação. É natural, portanto, que a potência hegemônica e a regional sul-americana construam seu relacionamento, superando empecilhos reais e ideologicamente construídos.

Como nação mais poderosa em um mundo unipolar, os EUA aparentam adotar políticas para anular o surgimento de outra potência que lhes rivalize em nível mundial. Tem demonstrado isso em sua política externa e comercial com a Rússia e com a China. Nessa lógica, podemos compreender as alternâncias “de humor” no relacionamento com o Brasil: ora fraternal, confiado e prestigioso, ora desconfiado, desinteressado e sabotador de nossas ações, particularmente na América Latina.

Ultrapassada as ilusões do alinhamento e as da confrontação, comprovou-se que o diálogo, atualmente adotado por nossa diplomacia, é o caminho mais vantajoso a ser trilhado nas relações com os EUA. Mesmo assim, cada país não poderá alterar suas prioridades para atender às do outro, em um ambiente de respeito mútuo.

A diplomacia brasileira, que já demonstrou que o bilateralismo é uma e não a única de suas alternativas, deverá buscar cada vez mais por espaços em função de suas potencialidades e limites. Essa afirmação brasileira não tem como fugir do choque de interesses com os EUA porque, afinal, não há campo e espaço no mundo em que não esteja o interesse norte-americano.

O pragmatismo, então, deverá ter o cuidado para direcionar os esforços para

os intercâmbios bilaterais e para o reforço das relações com as outras nações desenvolvidas, países emergentes e de menor desenvolvimento relativo, atrelada a uma política independente, não exclusiva e confiante.

8.5. BRASIL – ÁFRICA

Apesar do fato de quase metade da população brasileira ser constituída de afrodescendentes, das semelhanças culturais comuns, do continente africano encontrar-se próximo e fazer parte do nosso cenário geopolítico, e de existir uma inegável complementaridade econômica, a África sempre foi uma frente secundária de nossa diplomacia.

A cooperação teria nascido de uma associação do vazio de poder, de condições geográficas favoráveis e de uma tradição histórico – cultural. O Brasil, observando tais fatores, colocou a África no centro de sua política externa, buscando projetar-se como um país anti-imperialista e etnicamente multirracial.

Segundo Mourão (2006:213), as aproximações do Brasil com a África fazem parte da inserção do Brasil no cenário mundial e esse modelo de política externa teria iniciado após a II Guerra Mundial e das conseqüentes independências das colônias africanas. Até então, os olhos da diplomacia brasileira estavam direcionados para questão de formação de territórios e suas fronteiras.

Tanto o Brasil como os países da África são novos atores do cenário internacional e da nova política de cooperação mundial. Assediados no período da Guerra Fria e relegados após seu fim, os africanos viram seus países excluídos da agenda da política externa das potências mundiais. A aproximação com o Brasil e com outros emergentes foi uma oportunidade de busca de novas parcerias, sem subserviência, a fim de estreitar os laços de cooperação e complementar sua economia.

Segundo Mourão, a política externa brasileira praticada nos anos de 1960 e 1970 poderia ser chamada de Política Africana, onde nitidamente o Brasil se empenhou em aproximar-se do continente africano, dando início ao africanismo da Política Externa brasileira. A Política Externa Independente dos presidentes Quadros e Goulart (1961-64) e a Diplomacia da Prosperidade do General Médici (1969-74) fizeram esforços concretos para essa aproximação. Mas o início de uma nova e sistemática política externa concreta e africana ocorreu com o Pragmatismo

Responsável do Governo Geisel. Numa atitude corajosa, a diplomacia condenou o Apartheid e foi o primeiro país a reconhecer Angola, com um governo marxista do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), até hoje no poder.

O processo de redemocratização no Brasil deu continuidade na aproximação com países africanos. A 1ª Cúpula dos Países Lusófonos e a consequente criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, além das visitas do presidente Sarney e do chanceler Abreu Sodré, mostram que as relações Brasil-África não perderam fôlego. Em 1986, por proposta brasileira, uma resolução da ONU aprovou a declaração de Zona e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS, com o objetivo de garantir o uso pacífico do hidroespaço atlântico pelos Estados africanos e sul-americanos (CAMPOS, 2006).

Iniciou-se aí a colaboração com os países africanos em foros multilaterais de caráter econômico, uma agenda política comum e um comércio crescente que incluía bens e serviços. Mas a permanente instabilidade política na África Austral (Angola, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, Seychelles, Swaziland, Zimbabwe, Botswana, Lesotho, Mauritius, Namíbia, África do Sul e Tanzânia) fez com que os resultados fossem modestos.

Pela importância da África do Sul e do seu protagonismo na política africana austral – a rede de transportes e comércio da região convergem todo para esse país –, foi somente com o fim do regime de minoria branca do Apartheid e a eleição de Nelson Mandela, em 1993, que a situação começou a se modificar. Na década de 1990, devem-se ressaltar os acordos de Pretória, com a África do Sul, os quais representam a retomada das relações plenas do Brasil com aquele país.

Para a importância de a região alavancar, faltava encerrarem com as guerras civis, o que ocorreu no início de 2000. Nesse meio tempo, o Brasil participou de operações de paz e intensificou sua presença em diversos países da região.

Entretanto, na década de 90, com o governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa deslocou-se para a Europa, os EUA e a própria América do Sul, quando o MERCOSUL configurou-se como primeira prioridade. Mesmo que marginalmente, as relações Brasil-África não cessaram. Foi nesse período (1996), por exemplo, que se constituiu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

O governo Lula dispensou grande atenção ao continente africano. As sete viagens do presidente brasileiro à África mostraram o compromisso do governo com

o aprofundamento da cooperação, seja na área comercial, seja na área de cooperação técnico-científica. O Brasil buscou desenvolver relações baseadas no interesse mútuo e na solidariedade. Inauguraram-se 12 novas embaixadas na região, e o número de missões diplomáticas africanas em Brasília passou de 16 (em 2003) para 24 (CAMPOS, 2006).

A atuação do Brasil na região africana é diversificada e intensa, transcendendo os aspectos comerciais e econômicos. Na área da saúde, por exemplo, no âmbito da CPLP, o Brasil tem atuado no combate à malária, em Guiné Bissau. Em Angola e Moçambique, o Brasil tem parcerias para o tratamento da AIDS, além de fornecer remédios a preços mais baratos a muitos países africanos. A FIOCRUZ tem um escritório em Maputo, Moçambique, que cuida do fornecimento de vacinas, produzidas pela fundação.

No plano econômico, empreiteiras brasileiras participam em obras de infraestrutura viária, urbana e energética em Angola, e tencionam voltar à República do Congo, onde já tiveram presença importante. Para facilitar esses investimentos, e estimular exportações de bens e serviços, o Brasil ampliou capacidade de crédito para o comércio e os investimentos e criou linhas especiais de financiamento a partir do perdão de dívidas bilaterais. A Cúpula Países Africanos-América Latina, de 2006, repetiu o sucesso da Cúpula Países Árabes-América Latina, 2005, pelo incremento das exportações de ambos os lados e da cooperação. O comércio entre Brasil e África avança em ritmo impressionante: as exportações brasileiras multiplicaram-se três vezes. Agora, o objetivo é diversificar as exportações africanas ao Brasil, atualmente de baixo valor agregado e concentradas em número reduzido de produtos.

A Petrobras está presente em sete países da região – Nigéria, Angola, Guiné Equatorial, Líbia, Tanzânia, Moçambique e Senegal, trabalhando com empresas locais e estrangeiras na prospecção em águas profundas e no segmento de exploração e produção. Por sua vez, a angolana SOMOIL venceu disputa para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização. Estão se intensificando, ainda, os interesses africanos pela tecnologia dos biocombustíveis, o Brasil.

Para eliminar as distorções no comércio de produtos agrícolas praticadas pelos países desenvolvidos, o Brasil ajudou a criar o G-20 (agricultura), que se

transformou em interlocutor fundamental no processo negociador de Doha. O Estado brasileiro questionou, com êxito, em painel na OMC, práticas comerciais de países ricos que prejudicam fortemente a principal exportação de Burkina Faso, o algodão. Já no âmbito da ONU, o Brasil busca angariar suporte africano para o pleito de reforma no Conselho de Segurança.

O Brasil busca a integração sul-americana com a África e tem atuado no aprofundamento e no fortalecimento do diálogo político e da integração econômica, como assevera o acordo de comércio preferencial do MERCOSUL com a União Aduaneira da África Austral – SACU. Convém lembrar que a África do Sul e o Brasil, juntamente com a Índia, fazem parte do IBAS, importante fórum de diálogo com iniciativas práticas como o fundo de combate à fome e à pobreza, em parceria com o PNUD (CAMPOS, 2006).

Por fim, a despeito do incremento das relações Brasil-África desde os anos 1960, há muito espaço para o crescimento desse relacionamento. Por isso, a agenda bilateral com os países africanos está sendo ampliada. As insipientes CPLP e IBAS, e as respectivas integrações com o MERCOSUL, em um espaço de cooperação Sul-Sul, criam novas oportunidades para que o Brasil se insira nos debates multilaterais e complemente sua economia com mercados ainda em expansão.

8.6. BRASIL – ÁSIA

Até a década de 90, a relação Brasil-Ásia era focada no diálogo com o Japão. A partir daí, as relações com as demais nações asiáticas iniciaram um processo de expansão, que passou pelo reconhecimento do Estado chinês pelo Brasil, em 1974, e pela aproximação inter-regional do MERCOSUL com o ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático: bloco econômico formado por Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja, criado em 1967) (OLIVEIRA, 2002).

O período conhecido como “milagre brasileiro”, nos anos de 1970, coincide com a consolidação do Japão como potência econômica e com a valorização do iene. Além do desenvolvimento e manutenção de parceria comerciais seguras e estáveis, o Brasil era atrativo em função de seu crescimento acelerado. A maior parte desses investimentos foi realizada em associação com empresas estatais

indicando, de um lado, uma possível convergência de interesses entre o Estado japonês e o brasileiro e, de outro, a busca de maior estabilidade política e econômica aos investimentos realizados.

Como exemplo dessa convergência entre os dois Estados, temos o incentivo japonês à produção de soja no Brasil, como solução às restrições dos Estados Unidos, em 1973, à exportação daquele produto para o Japão. Com isso, inicia-se o investimento japonês no Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), fazendo com que o Brasil, de produtor marginal, transformasse, já no início dos anos 80, no segundo maior produtor de soja mundial. Verifica-se a complementaridade entre a economia entre os dois países: fornecimento de matérias-primas em troca de investimentos e fornecimento de produtos industrializados.

Essa complementaridade nipo-brasileira sofre uma retração a partir dos anos 80, pela diminuição da importância da garantia de fornecimento de matérias-primas, pelo aumento da oferta, pela queda dos preços reais e pela aceleração da crise econômica brasileira, revertendo as expectativas de que a economia brasileira continuaria crescendo a ritmo acentuado. Essa crise vai criar condições para o surgimento do fenômeno chamado *dekassegui*, ou seja, o estabelecimento de um fluxo migratório de descendentes de japoneses para trabalho no Japão. Os *dekasseguis* passaram a ser um fator importante no relacionamento nipo-brasileiro como fonte significativa de fluxo de capitais (OLIVEIRA, 2002).

O Brasil só retoma relações diplomáticas com a China em 1974, durante o governo Geisel, num momento em que o Brasil, em decorrência de desenvolvimento econômico e de uma conjuntura internacional favorável à China, está diversificando suas parcerias internacionais e buscando uma inserção mais competitiva. Dentro de seu projeto de política externa, com forte atuação nos fóruns multilaterais e com ênfase no então “terceiro mundo”, a reaproximação com a China foi fundamental para dar credibilidade e legitimidade à ação brasileira.

Assim, ainda que de início tenham aumentado os fluxos comerciais, as relações sino-brasileiras se mantiveram restritas ao campo político-diplomático pelas similaridades de posicionamentos comuns perante o sistema internacional. Somente na década de 90, com a abertura econômica brasileira e com a maior inserção chinesa, processa-se uma maior aproximação comercial entre os dois países, ainda se resguardando a importância do relacionamento político. Por esse posicionamento e considerando-se ainda o potencial de aprofundamento das relações em longo

prazo, a expressão *parceria estratégica*, cunhada em 1993 pelo então primeiro ministro chinês Zhu Rongji, passa a ser enfaticamente utilizada.

No plano político, um ponto central da agenda internacional dos dois países refere-se às suas pretensões em relação à OMC e à Organização das Nações Unidas (ONU). A China utiliza-se de seu assento permanente no Conselho de Segurança para se aproximar dos países em desenvolvimento e, nesse sentido, acena com a possibilidade de apoiar o interesse brasileiro em aceder ao Conselho de Segurança. De outro lado, o Brasil, em seu posicionamento por regras mais justas no comércio internacional e defendendo o sistema multilateral, apoiou a entrada da China na OMC, em 2001.

A parceria estratégica ganha um contorno mais definido na área de cooperação técnica e científico-tecnológica. Nessa área encontra-se o mais ambicioso projeto das relações entre os dois países: o trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto, que permitirá aos dois países independência na área de imagens por satélites, possibilitando passar a exportadores desse tipo de serviço.

Se no passado as grandes dimensões territoriais induziram os dois atores a, de certa forma, voltarem-se para dentro, com vistas ao enfrentamento dos enormes desafios internos, o futuro indica forte protagonismo nos fóruns mundiais. A própria fisiografia condicionou essa projeção, pois além de vastos litorais, delimitam-se, ao longo de extensas fronteiras, com um grande número de países (China com quatorze e o Brasil com dez). A distância entre os dois países de um lado dificulta as interações, mas por outro permite que não ocorra superposição de áreas de influência regional. Daí a importância das relações internacionais para ambos, pois exercem enorme influência na estabilidade e no desenvolvimento econômico de suas respectivas regiões. Daí, tanto a China como o Brasil terem uma atuação bastante ativa, exercendo papel fundamental na articulação de consensos e na busca de soluções (OLIVEIRA, 2002).

As relações com a Coreia do Sul e com o Sudeste Asiático adquiriram relevância somente a partir dos anos 90, dentro do contexto de reestruturação do sistema internacional pós-guerra fria. A crescente participação coreana no comércio brasileiro parece ter sido reforçada pelo fato de os conglomerados coreanos (*chaebol*) mostrarem-se mais agressivos na conquista de mercados na América Latina, procurando suplantam o papel tradicional desempenhado pelo Japão.

O Sudeste Asiático, por seu desenvolvimento econômico acelerado e pelo fato de estar integrado através da ASEAN, passou a ser visualizado como um possível parceiro político e econômico, principalmente depois do estabelecimento do MERCOSUL. De qualquer forma e independentemente das respectivas crises financeiras, desenha-se uma aproximação inicial de cunho político, para posterior crescimento do intercâmbio comercial.

Em decorrência da projeção do Brasil, de um lado pela abertura do mercado e estabilidade financeira e, de outro, pela ampliação do mercado através do processo integrativo regional com o MERCOSUL, percebe-se claramente um crescente interesse asiático pelo Brasil. Esse interesse não é só econômico-comercial, mas igualmente político-estratégico em função da disputa por poder e por mercados que se processa na ONU, na OMC, nos G-20's e em outros fóruns multilaterais.

Segundo Góes (2009), no primeiro quadrimestre de 2009 a exportação em contêineres para a Ásia somou 106,9 mil TEUs (contêiner equivalente a 20 pés), 9,5% a mais do que os 97,7 mil TEUs no mesmo período de 2008. Na importação, o Brasil trouxe da Ásia 125,9 mil TEUs no primeiro quadrimestre, queda de 33,7% em relação aos 190,1 mil TEUs no igual período de 2008. Dados da balança comercial brasileira confirmam a alta na exportação para alguns dos principais mercados asiáticos. De janeiro a maio de 2009, a exportação do Brasil para a China cresceu 34,3%, em valores, e para a Coreia do Sul, 7,7%. Já as importações brasileiras desses dois mercados caíram 20,9% e 29,4%, respectivamente, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Assim, o presente relacionamento econômico-comercial apresenta uma clara tendência de crescimento, principalmente pela diversificação dos parceiros comerciais. Em seu atual projeto de inserção internacional, o Brasil delega à região asiática um espaço especial. Entretanto, em decorrência de contradições internas e de conjunturas externas, não conseguiu ainda delinear as formas de atingir esse objetivo. O Japão continua sendo importante no relacionamento econômico-comercial, enquanto no político destaca-se o relacionamento com a China. A Coreia do Sul e o Sudeste Asiático, pelos respectivos processos de desenvolvimento econômico acelerado, passaram igualmente a ser visualizados como futuros parceiros políticos e econômicos (OLIVEIRA, 2002).

8.7. BRASIL – EUROPA

8.7.1. BILATERALISMOS

As relações Brasil-Europa foram construídas com base inicial no bilateralismo e estão migrando para o relacionamento inter-regional, fruto do fortalecimento da União Europeia e do MERCOSUL. No que concerne ao bilateralismo, o principal parceiro brasileiro ainda é a Alemanha, particularmente nos campos econômico e científico. Compartilham, ainda, a intenção de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nas relações bilaterais, Portugal dispõe de uma relação sócio-cultural estreita com o Brasil, relação que se fortificou com a integração da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde as duas nações se destacam em investimentos e parcerias com as demais nações da comunidade. Muitas empresas portuguesas estão, ainda, descobrindo o mercado brasileiro.

Outro importante ator nas relações bilaterais com a Europa é a Espanha. A abertura do mercado brasileiro ao investimento estrangeiro coincidiu com o momento de expansão econômica espanhola (decorrente dos investimentos iniciais da União Europeia nesse país, por ocasião de seu ingresso), o que trouxe recursos para investimento principalmente áreas de infraestrutura e comunicações no Brasil.

Com a Rússia, o Brasil inicia uma aproximação por conta de posicionamentos semelhantes na política externa. Ambos têm interesse no reordenamento do sistema internacional. A Rússia, após a desintegração da ex-União Soviética, busca reocupar o espaço geopolítico perdido para os EUA na Europa e Ásia Central, e para a China, na Ásia Central. Cada um em seu nível tem, ainda, exercido destacada liderança regional, frente a grupo de países ou blocos de interesses comuns (MERCOSUL e G-20's no caso do Brasil; Comunidade de Estados Independentes, Comunidade Econômica Eurasiática e G-20 “economia” no caso da Rússia). Da mesma forma que o Brasil tem defendido a integração da Rússia na OMC, a Rússia tem manifestado seu apoio às gestões do Brasil na ONU. A aproximação entre ambos os países tem buscando conjugar esforços em diversos campos, principalmente após o surgimento da denominação informal “BRIC” (Brasil, China, Índia e Rússia), que designa países

em desenvolvimento que têm perspectivas de alcançarem protagonismo no sistema mundo no século XXI, na visão dos economistas.

A parceria estratégica entre Brasil e França começou a ser discutida em 2005. Em janeiro de 2008, foi assinado um acordo de "cooperação no domínio da Defesa e ao estatuto de suas Forças". O desfecho veio em dezembro de 2008, quando os presidentes dos dois países assinaram a Parceria Estratégia.

Como balanço dessa parceria, podemos citar o estabelecimento do diálogo político (esforços para o fortalecimento do multilateralismo, preservação da paz e segurança, desarmamento e não-proliferação, conservação do meio ambiente, luta contra a mudança do clima e promoção do desenvolvimento sustentável e justiça social); da cooperação econômica e comercial; da cooperação na área espacial (observação do ciclo da água, satélite geoestacionário, plataforma multimissão, comunicação militar e lançadores); da cooperação na área da energia nuclear (formação de quadros, gestão de dejetos radioativos e reatores, prospecção de urânio, diálogo entre empresas brasileiras e francesas - entre as quais Eletrobrás, Eletronuclear, INB, AREVA, EDF e GDF Suez -, desenvolvimento de novas centrais nucleares no Brasil); da cooperação para o desenvolvimento sustentável (biodiversidade e transportes sustentáveis); cooperação nas áreas educativa, linguística e técnica; cooperação na área da defesa (aquisição de helicópteros, submarinos, aviões, associação industrial militar).

As relações bilaterais cada vez mais estão transferindo competências para as inter-regionais. Os blocos ganham eficiência e maior projeção nas negociações externas, em detrimento das relações bilaterais. No caso do MERCOSUL, por conta da diferença econômica entre o Brasil e os demais integrantes do bloco, as relações entre MERCOSUL e UE acabam por privilegiar o mercado brasileiro, o que, por sua vez, fortalece a liderança do Brasil no bloco regional. Essa aproximação com a UE acaba obrigando aos países do MERCOSUL a contrapartidas nas áreas da promoção da democracia, direitos humanos e proteção do meio ambiente.

8.7.2. MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA (UE)

Segundo Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia (2004-2009),

“o Brasil e a Europa enfrentam desafios semelhantes: na forma de lidar com

a globalização, na forma de incentivar a competitividade, mantendo, ao mesmo tempo, o nosso modelo comum de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social, bem como na forma de criar condições atractivas para as empresas". (BARROSO, 2009)

A política externa da União Europeia pode ser analisada por três bases: a política comercial comum, a cooperação para o desenvolvimento e a política de segurança comum. Cada uma dessas bases surgiu em função de épocas e situações diferentes e são resultado da evolução institucional da Comunidade Europeia (CE) ao longo de meio século (VALENTE, 2008).

A origem da CE e seus primeiros passos são no sentido da integração econômica. Tanto o BENELUX (área de livre comércio entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo), a CEECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) e mesmo a CE (Comunidade Europeia) (todos organismos europeus de natureza econômica anteriores à UE) tinham como objetivos primeiros a cooperação econômica e comercial. Um dos mais significativos instrumentos de integração entre os países europeus foi a adoção de uma tarifa externa comum. Com o passar do tempo e o aprimoramento das instituições jurídicas comunitárias, foi ganhando importância a questão da cooperação para o desenvolvimento, traduzindo-se em ajudas humanitárias, investimentos sociais e auxílios diversos para os países em desenvolvimento. Tal postura é ainda mais destacada, quando enfatizamos a "base ideológica" sobre a qual se funda a União Europeia, calcada no respeito aos direitos humanos, no desenvolvimento sustentável e na democracia como forma de governo.

Com o fim da guerra fria e o advento de uma nova ordem mundial, não mais baseada na noção de bipolaridade, surge a necessidade de uma política externa de segurança comum, cuja base jurídica e empírica é bem recente e constitui objeto, atualmente, de grandes reflexões e críticas, que poderão resultar, num futuro próximo, numa revisão do atual sistema. Para a definição e execução da política externa comum, a UE possui três formas de atuação: tomada de posições comuns, atuação comum e representação comum (VALENTE, 2009).

O MERCOSUL é uma zona de livre comércio e não uma zona de integração política, como a União Europeia, o que desobriga o Brasil de envolvimento nas disputas por fronteiras dos países hispano-americanos, a não ser como mediador. Há de se considerar ainda as muitas diferenças regionais existentes entre os países membros do MERCOSUL, como: extensão territorial, tamanho da população, perfil

econômico, taxa de alfabetização etc.

A América Latina é um dos principais alvos da política europeia de cooperação para o desenvolvimento. Além disso, importantes acordos comerciais estão em vigor entre as duas regiões. O principal parceiro comercial da União Europeia na América Latina é o MERCOSUL. Em 15 de dezembro de 1995, os dois entes assinaram o "Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação", instrumento de transição para uma futura "Associação Inter-Regional" entre os dois agrupamentos, cujo pilar básico será a liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. O Acordo-Quadro, de natureza ampla e aberta, contempla objetivos de cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio ambiente, transportes, ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico, entre outros). As relações de cooperação entre as duas regiões só não evoluíram em virtude de crises que atrasaram a implantação de mais medidas integradoras. O Brasil e a União Europeia assinaram, em 1992, entrando em vigor em 1995, um Acordo de Terceira Geração, com disposições mais completas do que as previstas no Acordo-Quadro de Cooperação. O novo Acordo visa a ampliar a cooperação nos campos comercial, econômico, científico e tecnológico. Esse Acordo de Terceira Geração prevê a realização de consultas sobre questões de natureza comercial de interesse das partes, durante as reuniões da Comissão Mista Brasil-União Europeia, que ocorrem normalmente a cada dois anos.

Uma dificuldade histórica diz respeito ao protecionismo agrícola europeu, constituindo entrave ao comércio exterior do MERCOSUL, em que a agricultura detém grande parte exportações. A reforma da Política Agrícola Comum da UE (sistema de subsídios à agricultura e programas de desenvolvimento em áreas afins), visando reduzir e uniformizar subsídios, que atenderia aos interesses dos integrantes do MERCOSUL, certamente ainda é tabu nas negociações. A postura europeia é a de evitar a discussão de temas como esse, senão em sede de rodadas da OMC (Doha) (VALENTE, 2008). Apesar disso, a atual conjuntura faz crer que a parceria entre União Europeia e MERCOSUL, a despeito da assimetria inevitável, tende a crescer e render frutos futuros.

O crescimento de governos populistas na América do Sul não favorece as relações do continente com a Europa, embora o MERCOSUL ainda não tenha sofrido desse fenômeno. Crê-se que, devido à pujança e potencial do Brasil, caso haja um desgaste nas relações inter-regionais, o Brasil será o menor prejudicado, posto que poderá recorrer novamente à instituição do bilateralismo com os países

européus.

Por fim, cabe ressaltar a necessidade de que sejam aprovados mecanismos mais ágeis para a proteção do mercado e empresas nacionais, contra práticas desleais de comércio internacional, quanto estão envolvidas partes tão assimétricas (assimetria entre os Estados e entre as empresas). É necessário estabelecer um aparato protecionista equilibrado, para lidar com um comércio internacional mais livre, competitivo e regulado por normas multilaterais (BONIOLO, 2004).

Para o Brasil, todas as opções para o relacionamento com a Europa, quer seja no âmbito bilateral ou no âmbito inter-regional (valendo-se do MERCOSUL), devem continuar abertas. A política externa brasileira atual tem mostrado que seguirá o caminho da diversidade nas relações políticas e econômicas, não se autorrestringindo por embates ideológicos ou por pressões externas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

BARROSO, Durão. **Europa e Brasil no mundo global**. Artigo 2009. Disponível em <http://economico.sapo.pt/noticias/europa-e-brasil-no-mundo-global_71715.html>. Acesso em: 22 de outubro de 2009.

BASTOS, Marcos Augusto Costa. **A evolução da preparação operacional das tropas brasileiras de força de paz de Moçambique ao Haiti: Uma constatação histórico-científica**. Rio de Janeiro: ECEME, 2007. 140 P.

BONIOLO, Eduardo da Eira. **Relações entre Mercosul e União Europeia e as consequências para o Brasil – uma resenha**. Monografia, 2004. Disponível em <http://www.feth.ggf.br/Mercosul.htm#_ftn1>. Acesso em: 20 out 2009.

CAMPOS, Diego Araújo. **A África na Política Externa Brasileira**. Revista Mundorama. Abril, 2008.

CASTELLS, Manuel. Narcotráfico, desenvolvimento e dependência na América Latina. In: _____. **Fim de Milênio**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 3). 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, p.227-239, 1999.

CASTRO, Thales Cavalcanti. **A ONU, o Conselho de Segurança e o Brasil: convergências, assimetrias e dilemas**. Artigo. 2005. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6538>>. Acesso em: 20 out 2009.

CERVO, Amado Luiz. A Ação Internacional do Brasil em um Mundo em Transformação: Conceitos Objetivos e Resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1. p. 7-34.

COUTINHO, Marcelo. **O Brasil e a integração sul-americana**. Artigo. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/60_artigos_O_Brasil_e_a_Integra%C3%A7%C3%A3o_Sul-Americana.pdf>. Acesso em: 19 out 2009.

FILHO, Pio Penna. A América Latina, sua integração e sua inserção no mundo globalizado. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (et al.) **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2006. p.61-82.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003. 602 p.

GÓES, Francisco. **Rota Brasil-Ásia ignora a crise e mantém crescimento**. Revista Valor Econômico. Junho de 2009.

HAESBAERT, Rogério. (Org.). **Globalização e fragmentação do mundo**

contemporâneo. Niterói: EdUFF, 2001.p.225-275.

HIST, Mônica. Os cinco “As” das Relações Brasil – Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos. (orgs.) **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1. p. 91-127.

KINZO, Maria D’Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. In: **São Paulo em Perspectiva**. V. 15, n. 4. São Paulo: out/dez 2001. p. 3-12. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>. Acesso em: 27 nov 2008.

LUSA, Agência. **Protagonismo do Brasil na América do Sul gera críticas e invejas**. Artigo. Disponível em <<http://www.ionline.pt/conteudo/28461-protagonismo-do-brasil-na-america-do-sul-gera-criticas-e-invejas>>. Acesso em: 19 out 2009.

MESSARI, Nizar. O Brasil e o Mundo Árabe. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1. p. 243-263.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio. Os Países Emergentes. In: _____. **Geografia: volume único**. São Paulo: Scipione, 2008.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque *et alli*. As Relações Brasil – África: de 1990 a 2005. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1. p. 211-242.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. O Brasil e a Ásia. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1. p. 169-210.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia**. São Paulo em Perspectiva, Vol. 16. São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000100012&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 20 out 2009.

ONUJI, Janina. O Brasil e a Construção do Mercosul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1. p. 299-320.

PATRIOTA, A. de Aguiar. **O Brasil e a política externa do Brasil**. In: Política Externa vol. 17. 2008, pp. 97-109.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos (1989-2008): as três fases contemporâneas**. Revista Nueva Sociedad. Outubro de 2008.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Integração sul-americana – projetos e perspectivas estratégicas**. Disponível em

<http://www.eceme.ensino.eb.br/portallcee/index.php?option=com_content&view=article&id=38&Itemid=39&lang=pt>. Acesso: 19 out 2009.

SANTANA, Adalberto. **A globalização do narcotráfico**. Rev. bras. polít. int. [online]. 1999, vol.42, n.2, pp. 99-116. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a06.pdf>>. Acesso em: 20 out 2009.

SARAIVA, Miriam Gomes. As Relações Brasil – Europa de 1990 a 2004: entre o inter-regionalismo e o bilateralismo. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1. p. 129-167.

SANTOS, Norma Breda dos. **Política internacional, política externa e relações internacionais**. Artigo 2006.

SIMÕES, Rogério. **Depois do G8, a ONU**. BBC Brasil. Artigo 28/09/2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/2009/09/depois_do_g8_o_conselho_de_seg.shtml>. Acesso em: 20 out 2009.

VALENTE, Sergio Ruy David Polimeno. **Política Externa na União Europeia**. Artigo, 2008. Disponível em: <<http://www.valente.adv.br/pt/artigos/56-politica-externa-da-uniao-europeia>>. Acesso em: 19 out 2009.

VEJA, Revista. **As relações Brasil-EUA**. Veja On Line. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/relacoes_brasil_eua/index.html>. Acesso em: 21 out 2009.